

Cotidiano escolar: a tensão entre igualdade e diferença¹

Vera Maria Candau
PUC-Rio

Em geral, nós, educadores e educadoras, queremos nos comprometer com a construção de uma sociedade em que a justiça, a liberdade, a democracia, a igualdade sejam uma realidade concreta para todos os cidadãos e cidadãs do nosso país.

Acreditamos que a educação escolar, sem ser onipotente, pode colaborar nesta perspectiva. Promover igualdade de oportunidades, construir cidadania, formar a consciência crítica, desenvolver práticas democráticas são expressões que estão amplamente presentes nos nossos discursos, são naturalizadas e muitas vezes escondem mentalidades muito diferentes, abordagens ideológicas em confronto, o que termina por tornar pouco relevante nossa incidência transformadora.

Igualdade? Diferença? De que estamos falando?

Nos trabalhos de pesquisa que tenho desenvolvido nos últimos anos através do GECEC - Grupo de Estudos sobre Cotidiano, Educação e Cultura(s), vinculado ao Departamento de Educação da PUC-Rio -, a relação entre igualdade e diferença tem sido um foco central. Muitos foram os estudos realizados por diversos membros do grupo, mas uma questão se revelou presente em todos: a polissemia dos termos igualdade e diferença, detectada em entrevistas individuais, grupos focais, observações e narrativas plurais de diferentes educadores e educadoras.

A conhecida pesquisadora argentina Emilia Ferreiro (2001) se expressa sobre esta questão e, se referindo ao contexto latino-americano, bem como à dificuldade da escola pública dos nossos países de trabalhar com as diferenças, afirma:

A escola pública, gratuita e obrigatória do século XX é herdeira da do século anterior, encarregada de missões históricas de grande importância: criar um único povo, uma única nação, anulando as diferenças entre os cidadãos, considerados como iguais diante da lei. A tendência principal foi equiparar igualdade à homogeneidade. Se os cidadãos eram iguais diante da lei, a escola devia contribuir para gerar estes cidadãos, homogeneizando as crianças, independentemente de suas diferentes origens. Encarregada de homogeneizar, de igualar, esta escola mal podia apreciar as diferenças (apud Lerner, 2007, p.7).

De fato, nas narrativas dos professores e professoras, no contexto das pesquisas realizadas, predominavam depoimentos em que a igualdade era concebida como um processo de uniformização, homogeneização, padronização, orientado à afirmação de uma cultura comum a que todos e todas têm direito a ter acesso. Desde o “uniforme” até os processos de avaliação, tudo parece contribuir para construir algo que seja “igual”, isto é, o mesmo para todos os alunos e alunas. Nesta perspectiva, as diferenças são invisibilizadas, negadas e silenciadas, apresentando os processos pedagógicos um caráter monocultural, marcado pelo que Luisa Cortesão (1999) intitula de “daltonismo cultural.”

Quanto ao termo diferença, nos depoimentos dos educadores, é frequentemente associado a um problema a ser resolvido, à deficiência, ao déficit cultural e à desigualdade. Diferentes são aqueles que apresentam baixo rendimento acadêmico, são oriundos de comunidades de risco, de famílias com condições de vida de grande vulnerabilidade social, que têm comportamentos que apresentam níveis diversos de violência e incivilidade. Aqueles/as que possuem características identitárias que são associadas à “anormalidade”, a “necessidades especiais” e/ou a um baixo capital

¹ Texto publicado na revista Nuevamerica/Novamerica, n.134, 2012

cultural. Enfim, os diferentes são um problema que a escola e os educadores/as têm de enfrentar e esta situação vem se agravando e não sabemos como lidar com ela. Somente em poucos depoimentos, a diferença é articulada a identidades plurais que enriquecem os processos pedagógicos e devem ser reconhecidas e valorizadas.

Igualdade e diferença constituem, assim, em geral, nas narrativas analisadas, universos semânticos polissêmicos, que se contrapõem, explícita ou implicitamente.

No entanto, considero importante afirmar que a articulação entre igualdade e diferença constitui uma questão que permeia a busca de construção de processos educativos que tenham no centro de sua dinâmica o reconhecimento das diferentes culturas, assim como a afirmação de uma democracia que assuma o pluralismo cultural das nossas sociedades. Considero que hoje não é possível se trabalhar questões relacionadas à igualdade sem incluir a questão da diferença, nem se pode abordar a questão da diferença dissociada da afirmação da igualdade.

A igualdade que quero construir assume o reconhecimento de direitos básicos de todos/as. No entanto, esses todos/as não são padronizados/as, não são os/as “mesmos/as”. Têm de ter as suas diferenças reconhecidas como elemento de construção da igualdade. Esta articulação não é simples, nem do ponto de vista teórico, nem das práticas socioeducativas.

Construindo práticas educativas na perspectiva da articulação entre igualdade e diferença

Gostaria de mencionar dois trabalhos que identificam modos concretos utilizados pelos/as professores/as para construir práticas educativas nem que igualdade e diferença se articulem.

O primeiro é a tese de doutoramento de Claudia Hernandez Barreiros (2006), “*Quando a diferença é motivo de tensão – um estudo de currículos praticados em classes iniciais do ensino fundamental*”. Na pesquisa realizada, de inspiração etnográfica, a autora procurou conhecer e compreender de que forma o referencial teórico da diferença, trazido à escola e trabalhado em espaços de formação continuada das professoras, tinha sido incorporado nas práticas pedagógicas cotidianas de educadoras dos anos iniciais do ensino fundamental. Foi investigada uma escola da rede pública municipal do Rio de Janeiro, localizada no interior de uma grande favela-bairro. Barreiros procurou identificar diferentes estratégias pedagógicas que as professoras declararam em seus depoimentos utilizar para lidar com as diferenças na sala de aula, que podem ser agrupadas nas seguintes categorias: a) *modos de se situar diante das questões relativas às diferenças*: reconhecer que somos diferentes, não partir da igualdade, ter um olhar atencioso às crianças que mostram maiores necessidades, estar sensível ao que acontece, ao que emerge, pesquisar o caminho de aprendizagem de cada criança, usar a intuição; b) *trabalhar as relações interpessoais e a dinâmica do grupo*, tais como: discutir os conflitos no grupo e valorizar o diálogo; c) *estratégias pedagógicas enfatizadas*: trabalhar com diferentes linguagens, apostar no estudo/trabalho em grupos, dar visibilidade às produções dos/as alunos/as, empoderá-los/as, entre outras.

Quero salientar especialmente a primeira estratégia proposta, de especial potencial para a construção de práticas pedagógicas que procurem articular igualdade e diferença, pois se trata de uma mudança de ótica: ter como ponto de partida de toda prática pedagógica o reconhecimento das diferenças. Certamente trata-se de outra maneira de olhar a prática pedagógica que não é fácil e supõe desconstruir a perspectiva da homogeneização configuradora da cultura escolar. É na promoção do diálogo entre os diferentes que se constrói e afirma a igualdade.

O segundo trabalho se situa no contexto do projeto institucional de pesquisa “*Multiculturalismo, Direitos Humanos e Educação: a tensão entre igualdade e diferença*”, desenvolvida pelo GECEC, de março de 2006 a fevereiro de 2009, com o apoio do CNPq (Candau, 2009). O objetivo principal da referida pesquisa foi analisar as tensões entre igualdade e diferença nas práticas sociais e educacionais, com especial ênfase na identificação das representações dos/as

professores/a do ensino fundamental e na caracterização dos dispositivos pedagógicos por eles mobilizados no cotidiano escolar para trabalhar esta problemática.

Nesta perspectiva, as principais estratégias de pesquisa utilizadas foram entrevistas individuais realizadas com vinte e dois docentes do ensino fundamental e a realização de um grupo focal² desenvolvido com doze educadores/as particularmente sensíveis ao tema das diferenças culturais na escola, identificados através das entrevistas individuais e da indicação de coordenadores pedagógicos e diretores de escolas. O roteiro do grupo focal abrangia dois blocos de questões: as relações entre diferença, sociedade e desigualdade e as diferenças no cotidiano escolar. Abordarei alguns aspectos explicitados no segundo bloco.

Ficou evidente nos depoimentos a angústia dos professores e professoras diante das dificuldades que enfrentam para vencer a tendência padronizadora dominante nas escolas, desde o número de alunos na sala de aula até a falta de estrutura, de recursos e de acompanhamento qualificado para lidar com uma realidade complexa e diferenciada.

No entanto, afirmam, mesmo neste contexto, as diferenças estão “bombando” nas escolas, no sentido de que são cada vez mais explicitadas e desafiam as práticas educativas. Ao identificar e enumerar estas diferenças, os educadores empregam distintos conceitos de diferença, confirmando a polissemia do termo e, a partir deles, é possível, categorizar as diferenças mencionadas em dois grupos: diferenças relacionadas à desigualdade e diferenças relacionadas à construção de identidade. É importante salientar que esta categorização apresenta um caráter fluido e deslizante, diferenças específicas podendo transitar entre elas.

O primeiro grupo se relaciona diretamente com a concepção que tende a associar diferenças com *déficit* em relação ao padrão valorizado socialmente como “normal” e desejado pela escola. Referem-se, em geral, às deficiências sensorio-motoras e mentais, de ritmo de aprendizagem e de origem cultural e socioeconômica. Quanto às estratégias que mobilizam para enfrentá-las, estão baseadas numa ideia negativa de diferença e, portanto, supõem que devem ser superadas no sentido de se viabilizar o alcance do padrão comum, socialmente reconhecido e capaz de garantir a inserção social dos alunos. Atividades de reforço e atendimento individual das necessidades específicas dos alunos para que possam vencer os *déficits* são mobilizadas sempre que possível, mas as condições disponíveis muitas vezes não o permitem, o que gera muita tensão nos educadores/as, assim como buscas de como articular igualdade, concebida como homogeneização, e equidade, que aponta para o reconhecimento da necessidade de diferenciação.

No segundo grupo de diferenças identificadas são aquelas percebidas pelos participantes como alvo de discriminação e preconceito, diferenças que se referem, fundamentalmente, a questões de identidades étnico-raciais, de gênero, de opção religiosa e de orientação sexual. Para trabalhá-las parte-se de uma valorização positiva destas diferenças e são mobilizadas várias estratégias: aprofundamento da reflexão sobre diferenças específicas, desconstrução de visões estereotipadas de certas identidades, desenvolvimento da auto-estima, particularmente dos alunos e alunas que pertencem a grupos inferiorizados e objeto de discriminação e trabalhar os conflitos que emergem no cotidiano escolar. Do ponto de vista dos dispositivos didáticos, o mais enfatizado foi o desenvolvimento de projetos de trabalho (Koff, 2009) temáticos, que podem assumir diversas configurações, ser realizados no contexto de uma determinada disciplina ou apresentar caráter interdisciplinar. Foi salientada a importância dos projetos se relacionarem com as experiências dos alunos e alunas, “tocar” as pessoas e envolverem a comunidade escolar. Portanto, não se trata somente de trabalhar o nível cognitivo, mas também o afetivo, atitudinal e comportamental. Também foram mencionados aspectos como a incidência dos projetos em modificações do currículo

²Para Krueger (1994) o grupo focal é uma técnica de entrevista, direcionada a um grupo que é selecionado pelo pesquisador a partir de determinadas características específicas, visando obter informações qualitativas. Neste sentido, é possível afirmar que suas principais características são: uma intencionalidade clara, um foco definido, e a constituição de um grupo selecionado a partir de alguma(s) característica(s) comum(ns), não sendo, portanto, um grupo espontaneamente formado.

escolar, assim como a promoção do diálogo entre as diferenças para favorecer o reconhecimento da alteridade.

Articular igualdade e diferença no contexto escolar supõe enfrentar muitos desafios, a começar pela própria concepção do papel da escola, herdeira da modernidade, em que a igualdade é privilegiada e as diferenças invisibilizadas. Supõe assumir uma postura de valorização positiva das diferenças, o que exige um trabalho coletivo dos educadore/as, assim como espaços de formação continuada que abordem estas questões.

Queremos sim sociedades que afirmem a igualdade de todos e todas; o que exige valorizar as diferenças. A escola está chamada a ser um contexto fundamental para esta articulação.

Referências Bibliográficas

BARREIROS, C. H. *Quando a diferença é motivo de tensão: um estudo de currículos praticados em classes iniciais do ensino fundamental*, Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Educação. PUC-Rio. 2006

CANAU, V. M. *Multiculturalismo, Direitos Humanos e Educação: a tensão entre igualdade e diferença*. GECEC .Departamento de Educação, PUC-Rio/CNPq. 2009

KOFF, Adélia Maria Nehme Simão e Escolas, *Conhecimentos e Culturas: trabalhando com projetos de investigação*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

CORTESÃO, Luisa e STOER, S. *“Levantando a Pedra” : da pedagogia Inter/Multicultural às políticas educacionais numa época de transnacionalização*. Porto: Afrontamento, 1999.

LERNER, Delia. Ensenar en la Diversidad; Conferencia dictada en las Primeras Jornadas de Educación Intercultural de la Provincia de Buenos Aires: Género, generaciones y etnicidades en los mapas escolares contemporáneos. Dirección de Modalidad de Educación Intercultural. La Plata, 28 de junio de 2007. Texto publicado en *Lectura y Vida*. Revista Latinoamericana de Lectura. Buenos Aires, v.26, n.4, dez. 2007.